

CABEÇA E CORPO: *INCUMBENT* VERSUS PARTIDO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS A PARTIR DAS REGIÕES DO PAÍS (2000-2012)

Tales Flores da Fonseca¹; Alvaro Augusto de Borba Barreto²;

1 - Universidade Federal de Pelotas – talesffonseca@hotmail.com;

2 – Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br;

INTRODUÇÃO:

A pesquisa se caracteriza em uma análise da reeleição de prefeitos e de partidos políticos nas eleições municipais do período 2000-2012, configurando quatro disputas. Mais especificamente, ela procura demonstrar como se apresentam as tentativas de reeleição do partido que elegeu o prefeito, quando possui e não possui o *incumbent*¹. Assim, a tentativa é de analisar a capacidade decisória do candidato e de legenda no processo de reeleição, ingressando na discussão em torno da natureza e do papel institucional dos partidos políticos brasileiros.

O trabalho pretende dialogar com a literatura da Ciência Política que afirma que os partidos são institucionalmente fracos, têm pouca inserção nacional, possuem frágeis laços com a sociedade civil e a opinião pública, apresentam graves problemas ideológicos e limitações em termos programáticos. Assim, seriam *catch-all*, partidos programáticos, que apenas disputam eleições com vistas a chegar ao poder estatal e que mudam suas opiniões de acordo a tendência do eleitor brasileiro, este desinteressado pela política e extremamente passível de sofrer influência de valores e defender seus interesses. Há vários cientistas políticos que apontam para este problema, afirmando que o peso excessivo do Estado no país, na intensa influência na sociedade, e também na própria lógica do sistema eleitoral e da organização do voto que não contribuem para o fortalecimento do partido, que abrem espaço para a personalização do processo, assim afirmam LAMOUNIER (1989); LAMOUNIER e MENEGHELLO (1986); LIMA JÚNIOR (1993); MAINWARING (1991, 2001); AMES (2003) e DESPOSATO (2006). Para aprofundar o problema é preciso levar em consideração algumas peculiaridades do sistema político brasileiro.

A primeira delas é que apenas partidos políticos podem apresentar candidatos a cargos eletivos, vedadas candidaturas independentes. Segundo, para cargos do executivo os partidos podem apresentar apenas um candidato. Terceiro uma prática corrente entre legendas, de se associarem e lançar um candidato único, as chamadas coligações, assim fortalecendo a personalização do candidato, diminuindo a identidade partidária. E a quarta, seria a chamada migração partidária, ou seja, a troca de legenda. Também se somou a estes fatos a possibilidade reeleição imediata criada pela emenda constitucional nº 16 de 1997.

Os que são a favor da reeleição afirma que o mandato único é muito limitador, pois dificulta as atividades da administração pública e desprezam a experiência acumulada pelo chefe do executivo, ao passo que a não reeleição limita a ideia do governo responsável e da *accountability* o que atinge o eleitor e o chefe do executivo. Os que são contrários apontam a alternância no poder e a limitação temporal, afirmam também que a reeleição é uma forma de personalização do poder e perpetuação no cargo.

O fato é que analisando os 5.600 municípios, busca-se saber o resultado

obtido pelo *incumbent*¹, que disputa a reeleição pelo partido que conquistou o cargo, quando o destino deles possam ser dissociados, logo que a vitória de um implique a derrota do outro, que o partido titular do cargo aliados em uma disputa sejam adversários na eleição seguinte, situação em que se confrontam a instituição partidária e o detentor do cargo. Esse fenômeno pode ocorrer nas seguintes circunstâncias: a) se, ao longo do mandato, o prefeito abandona a legenda pelo qual se elegeu, filia-se a outro partido e pleiteia pelo novo partido; b) quando ocorre a substituição definitiva do prefeito, a qual é acompanhada pela mudança do partido que está no poder, tal situação ocorre porque é comum, por conta da coligação, o vice-prefeito seja indicado por uma legenda distinta daquela que apresentou o candidato chefe do executivo.

Além disso, deve-se considerar que a reeleição imediata do titulares do executivo, permitiu uma longevidade de mandato, passando de quatro para oito anos, enquanto os partidos nunca enfrentaram impedimento legal de inelegibilidade, podendo concorrer a eleições sucessivas. Logo se pode analisar algo que não esteja vinculado à disputa entre partido-candidato, mas como a legenda consegue se manter, quando não tem *incumbent*.

Enfim, o trabalho buscar analisar o peso do partido no processo de reeleição quando ele se confronta com o *incumbent* ou quando não conta com o *incumbent* nas eleições municipais no período 2000-2012, o que agregará elementos para a discussão sobre o papel institucional dos partidos nos processos eleitorais brasileiros.

Desta forma, os objetivos do trabalho giram entorno de uma análise do candidato e do partido na obtenção da reeleição; de identificar o índice de reeleição de *incumbents* e de partido nas eleições municipais brasileiras 2000-2012; comparar o índice de reeleição dos partidos quando contam ou não com o *incumbent*; e comparar o índice de reeleição dos partidos quando se confrontam com o *incumbent*. No recorte aqui apresentado a análise se centra em como esse quadro se manifesta a partir das regiões do país.

METODOLOGIA:

A investigação trabalha com as eleições municipais brasileiras realizadas com a possibilidade de presença de *incumbent*, ou seja, os pleitos de 2000 a 2012, cujos resultados são obtidos através do site do TSE, tendo a eleição de 1996 como parâmetro inicial, pois esta possibilitou a reeleição em 2000. Com o curso de pesquisa, se espera encontrar resultados, estes, que serão classificados da seguinte forma: a) o partido e prefeito em um pleito concorrem unidos a reeleição; b) partido e prefeito eleitos em um pleito são competidores na tentativa de reeleição; c) partido eleito em um pleito concorre à reeleição, mas o *incumbent* não participa da eleição; d) partido eleito participa da eleição, o *incumbent* não, mas apresenta um para sucedê-lo que não é candidato pelo partido pelo qual se elegeu originalmente. Esses dados serão ponderados, ainda sob três variáveis relacionadas ao tipo de município em que ocorrem as disputas e/ou partidos em questão: a) região onde se localizam os municípios; b) tamanho dos municípios, distinguindo-os por pequenos, médios e grandes; c) bloco ideológico do partido: esquerda, centro e direita;

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

¹ Como não há termo específico no português, se optou pela manutenção do termo em língua inglesa.

A pesquisa versa pela análise, ainda incompleta, dos dados coletados dos pleitos ocorridos entre os anos de 1996 e 2012. Porém, pode se mensurar se há diferenças salutaras entre o comportamento dos partidos ou nos resultados obtidos por região do país. Verificando a primeira tabela, nota-se que o resultado obtido, onde o percentual de vitória do partido que elegeu o prefeito é de 52%, entretanto, as diferenças existentes por regiões apresentam uma variação, onde o percentual de derrotas é maior do que de vitórias², demonstrando que os resultados por região apresentam diferenças consideráveis em relação ao comportamento do partido.

Todavia, o resultado obtido pelo partido que elegeu prefeito ao contar ou não com o *incumbent* apresenta uma ausência de variação entre as regiões no que tange ao resultado³, porém havendo diferenças no comportamento do partido na presença ou não do *incumbent*, interferindo nos resultados, isto é, se o partido conta com o *incumbent* tende a vencer, se não, tende a perder.

Ao ser analisado o resultado do percentual de vitória no partido que elegeu o prefeito conforme a maneira que concorreu, apresenta o fato de que, quando o partido disputa a eleição com o ele tende a vencer; quando coliga, tende a vencer; porém quando não disputa com o *incumbent* e se coliga, o resultado se apresenta semelhante⁴.

Os respectivos resultados revelam uma leve similaridade entre o comportamento do partido e a análise dos resultados obtidos de um ponto de vista das respectivas diferenças. Entretanto, as tabelas refletem uma espécie de dependência do partido, com pretensão de lançar candidato, em relação ao *incumbent*, pois os percentuais apontam para uma possibilidade maior de vitória com a sua presença.

Em um primeiro momento, é possível dizer que o *incumbent* detém mais força do que o partido na disputa e que este depende da sua candidatura para conseguir obter a vitória no pleito. Assim, tal aspecto corroboraria com as correntes que afirmam uma fragilidade programática e ideológica dos partidos.

CONCLUSÕES:

Apesar de variadas linhas de que tentam explicar por onde é que se concentra o problema, demonstram uma fragilidade dos partidos e outra demonstrando a força dos partidos como FIGUEIREDO e LIMONGI (1999); e GUARNIERI (2010); e também afirmando que os partidos são fortes nos processos legislativos e fracos nos eleitorais como PEREIRA e MUELLER (2002 e 2003).

Este estudo busca trazer dados empíricos, que possam oferecer dados mais efetivos para uma análise mais detalhada da questão, observando situações que giram entorno da função da reeleição e da existência do *incumbent*, ou seja, partidos e candidatos se enfrentando direta e indiretamente. Assim, busca-se analisar a força do partido e sua inserção junto ao eleitorado, inserção que depende da figura do candidato ao cargo de prefeito ou é sólida o bastante para não necessitar do mesmo.

²O percentual de vitórias ocorre apenas nas regiões Nordeste e Sul, 56,1% e 54,2% respectivamente. Enquanto que as derrotas ocorrem no Norte, Centro-Oeste e Sudeste, 54,6%, 53,6% e 50,6% respectivamente.

³ O percentual de vitória com *incumbent* totaliza 61,6%, permanecendo nesse padrão nas demais regiões. Porém, sem o *incumbent* o percentual de derrota chega aos 56,7%.

⁴ O percentual geral do modo como o partido disputou a eleição, com o *incumbent* chega a 54,3% e coligado à 47,5%. Sem o *incumbent*, os percentuais de vitória do partido com outro candidato e coligado chegaram ambos a 44,6%.

REFERÊNCIAS:

- AMES, B. **Os Entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ANASTASIA, F; MELO, C. R. F.; SANTOS, F. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer;Unesp, 2004.
- BARRETO, A. Como se reeleger? Efeitos do sistema eleitoral na tentativa de reeleição para a Câmara dos Deputados do Brasil, em 2006. **21º Congresso Mundial da IPSA**. Santiago. 2009.
- BARRETO, A. Eleições municipais comparadas: a escolha do chefe do executivo no Brasil e no Uruguai e o impacto sobre os sistemas partidários locais (2000-2005). **33º Encontro Nacional da Anpocs**. Caxambu, 2009.
- BARRETO, A. A Força do cargo: reeleição de prefeitos e intendentes no Brasil e no Uruguai (2000-2010). **V Congresso Latino-americano de Ciência Política (Alacip)**. Buenos Aires, 2010.
- CARDARELLO, A. **La Reeleccion inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Un estudio de tres casos**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DESPOSATO, S. W. Parties for Rent? Ambition, Ideology, and party switching in Brazil's Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**. v.50, n.1, jan. 2006.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FIGUEIREDO, A; LIMONGI, F. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, Rio de Janeiro, v.38, n.3, 1995.
- GUARNIERI, F. A Força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro, v.54, n.1, 2011.
- JONES, M. Electoral laws and the effective number of candidates in presidential elections. **The Journal of Politics**. University of Texas Press, v.61, n.1, feb. 1999.
- LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias**. São Paulo: Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, B; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA JÚNIOR, O. B. de. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.
- LINZ, J. Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença? In: LAMOUNIER, B. (Org.). **A Opção parlamentarista**. São Paulo: Sumaré, 1991.
- MAINWARING, S. Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.29, 1991.